



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CARTA CONTRATO Nº 28/2020

CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 28/2020

PROCESSO ELETRÔNICO N. 0003017-84.2020.6.22.8000

CARTA-CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA CLARO S.A., PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL E DE COMUNICAÇÃO MÓVEL DE DADOS, PLANO PÓS-PAGO, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES, NO ESTADO DE RONDÔNIA.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **CLARO S.A.**, CNPJ **40.432.544/0001-47**, com sede na Rua Henri Dunant, n. 780, Torres A e B, Bairro Santo Amaro, município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.709-110, Telefones: (69) 2181-8195 / (69) 99225-6203 / (95) 98412-2494 / (91) 98412-3323 / (69) 4005-8114 e e-mail(s): cristiano.silva@embratel.com.br, neste ato representada por seu procurador, Senhor **CRISTIANO MARCELO DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG 24.434.477-2 SSP/SP e do CPF 438.347.602-34.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 9.472/1997 (Lei Geral de Comunicações), Decretos Federais 2.534/1998 (Plano Geral de Outorgas PGO) e 9.507/2018, Decreto Federal Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Resolução TSE 23.234/2010, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, Instrução Normativa SG/MPDG 5/2017, Resolução ANATEL 477/2007, e outras normas expedidas pela ANATEL aplicáveis ao presente objeto, e, supletivamente, Lei 8.078/1990



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços 01/2020/COSEIC.

Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação: DESPACHO Nº 1803/2020 - PRES/DG/GABDG, de 29/10/2020 (evento [0613486](#)).

DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS

(Artigo 55, I, IV e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto desta Carta-Contrato é a Contratação de 02 (duas) linhas telefônicas móvel, com Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP na modalidade Local (VC1), Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Longa Distância Nacional (VC2) e (VC3), pós-pago, com tecnologia digital e prestação de serviço de comunicação de dados com cobertura 3G e 4G, franquia mínima de 5GB, tráfego ilimitado, considerando a disponibilidade e o cronograma ANATEL, com fornecimento de MicroSIM 4G, padrão 4G, compatíveis com os dispositivos móveis, tipo smartphone, de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, para atender o município de Costa Marques, no Estado de Rondônia, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA ficará obrigada em manter o acesso para os casos que excederem os limites da franquia mensal, podendo, na ocorrência dessa situação, reduzir a velocidade nominal mínima de tráfego dos dados, no entanto, este não deverá ser tarifado.

Subcláusula Segunda – No caso de proposta que ofereça desconto sobre o PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVOS DE SERVIÇOS da proponente, o percentual ofertado deverá ser estendido a todos os preços constantes de seu plano, referentes ao serviço licitado, independentemente do tipo de ligação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do horário ou distância das chamadas originadas, como condição para a realização da contratação.

Subcláusula Terceira– Os preços das ligações telefônicas são aqueles constantes do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVOS DE SERVIÇOS (documento que descreve as condições de prestação do serviços quanto ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização de serviços eventuais e suplementares a eles inerentes, as tarifas ou preços associados, seus valores e as regras e critérios de aplicação), levando-se em conta, para efeito de cotação, o perfil do tráfego no horário entre 0h e 24h, 07 (sete) dias por semana.

Subcláusula Quarta – Durante o período contratual, o percentual de desconto cotado na proposta da OPERADORA CONTRATADA, incidirá sobre os preços dos serviços constantes do seu PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVOS DE SERVIÇOS homologados e divulgados pela ANATEL.

Subcláusula Quinta – Os valores praticados pela operadora CONTRATADA serão objeto de constante verificação, de forma a garantir o cumprimento das condições ofertadas, devendo a Equipe de Gestão assegurar-se de que os preços praticados pela CONTRATADA são os mais vantajosos para a Administração, observadas as peculiaridades do mercado e da contratação celebrada.

Subcláusula Sexta – A CONTRATADA deverá prestar, sem ônus ao CONTRATANTE, os seguintes serviços suplementares: troca de número; transferência de titularidade; identificador de chamadas; caixa eletrônica de mensagens; transferência/desvio de chamadas (siga-me); chamada em espera; bloqueio por extravio, perda ou roubo; bloqueio a pedido do CONTRATANTE; desbloqueio; cancelamento de serviços; conta detalhada; segunda via de conta; sindicância.

Subcláusula Sétima - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, a Cotação de Preços e o Projeto Básico(PB)/Termo de Referência(TR) respectivos, assim como a Proposta da Contratada e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO GESTOR ONLINE

Subcláusula Oitava - Deverá disponibilizar como serviço adicional à assinatura do serviço básico de voz os serviços de Gestão Online, objetivando o gerenciamento das linhas, contendo no mínimo: capacidade de gerenciamento de cada acesso móvel (linha celular), possibilitando emissão de relatório do controle de tipos de chamadas, horário de utilização, destino e duração.

DA PORTABILIDADE

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a facilidade de portabilidade numérica, devendo esta manter os números utilizados atualmente pelo CONTRATANTE, sem ônus e independentemente da operadora do serviço a que esteja vinculado.

Subcláusula Décima - A CONTRATADA deverá respeitar o prazo de 03 (três) dias úteis estabelecido pela ANATEL para a realização deste serviço.

DA IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE

Subcláusula Décima Primeira - A CONTRATANTE será, para efeito de faturamento e cobrança pela CONTRATADA, identificada pelos códigos de acessos associados aos seus terminais, os quais deverão constar, obrigatoriamente, de todas as faturas ou documentos de cobrança, facilitando o relacionamento entre as Partes.

Subcláusula Décima Segunda - O Código de Acesso é o conjunto de caracteres numéricos ou alfanuméricos estabelecido em Plano de Numeração, que permite a identificação de Cliente, de Terminal de uso público ou de serviço a ele vinculado.

Subcláusula Décima Terceira - Terminal é o equipamento ou aparelho que possibilita o acesso do usuário ao Serviço Móvel Pessoal (SMP).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Quarta – Considerando que uma mesma pessoa pode deter ou fazer uso de mais de um código de acesso, a CONTRATADA utilizará como dados auxiliares na identificação da CONTRATANTE, seu nome e número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

Subcláusula Décima Quinta - É vedada a subcontratação para a prestação dos serviços objeto deste instrumento, permitido o compartilhamento nas hipóteses regulamentares da ANATEL.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

Subcláusula Décima Sexta - Toda correspondência da CONTRATADA relativa ao presente instrumento deverá ser enviada para o e-mail contratosti@tre-ro.jus.br ou para Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, sempre identificando o item contratual pertinente.

Subcláusula Décima Sétima - Toda correspondência da CONTRATADA relativa ao presente instrumento deverá ser enviada para o e-mail contratosti@tre-ro.jus.br ou para o endereço físico do TRE-RO, sempre identificando o item contratual pertinente.

Subcláusula Décima Oitava - As eventuais alterações de endereço deverão ser comunicadas por escrito pelas Partes.

Subcláusula Décima Nona - Os entendimentos mantidos pelas Partes deverão ser sempre por escrito, ressalvados os casos determinados pela urgência, cujos entendimentos verbais deverão ser confirmados posteriormente, por escrito, nas 72 (setenta e duas) horas seguintes.

Subcláusula Vigésima - Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por quaisquer das partes, de direito ou faculdade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que lhe assistem pelo presente instrumento, ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra parte, não afetará direitos indisponíveis ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo a seu exclusivo critério, e nem alterará as condições estipuladas neste instrumento.

Subcláusula Vigésima Primeira - No período de vigência do instrumento, a CONTRATADA terá garantido o livre trânsito nas dependências da CONTRATANTE, mas como comunicação e com identificação prévias, para a hipótese de necessidade de instalação de equipamentos de sua propriedade, como forma de preservação das condições contratuais e da qualidade de prestação do Serviço.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

**DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO E DA
POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Os prazos de vigência e de execução desta contratação serão de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e poderá vir a ser prorrogado até o limite de 60 meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor total estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 3.595,20 (três mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

centavos), para o período total de vigência contratual, conforme proposta da CONTRATADA, observando que:

1. O presente instrumento constitui-se em PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS COM DESCONTO.
2. O desconto aplicado sobre os preços de todos os serviços são os constantes da proposta vencedora da CONTRATADA.
3. Durante a vigência contratual, a contratada deverá assegurar à CONTRATANTE o repasse dos descontos eventualmente disponibilizados ao mercado para clientes de perfil e porte similares ao perfil e porte da CONTRATANTE, independentemente de solicitação expressa desse, sempre que tais descontos forem mais vantajosos do que o plano de serviços apresentado.
4. Não caberá redução do índice de desconto contratado sobre os valores constantes no Plano Básico de Serviço da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira – A quantidade estimada para esta contratação é estimada, de forma a não obrigar a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas, fretes, lucro, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Terceira – As condições quanto à eventuais: reajuste, repactuação, reequilíbrio, revisão e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

Subcláusula Quarta - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Programa de Trabalho 02061003342690001 e Natureza da Despesa 339040-14, conforme Nota de Empenho 2020NE001001, de 03/11/2020, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DOS DESCONTOS

Subcláusula Quinta - Serão igualmente estendidas ao CONTRATANTE quaisquer reduções das tarifas praticadas pela CONTRATADA que a ANATEL determine.

Subcláusula Sexta - A CONTRATADA deverá repassar ao CONTRATANTE todos os descontos que porventura sejam disponibilizados ao mercado para clientes de perfil e porte similares, sempre que esses forem mais vantajosos que os valores contratados.

DO PROCEDIMENTO DE CONTESTAÇÃO DE DÉBITOS

1. A CONTRATANTE tem o direito de contestar os débitos lançados em sua fatura discriminada de serviços, independentemente de estarem vencidos ou não.
2. O manejo da contestação pela CONTRATANTE suspende a exigibilidade dos valores contestados, os quais somente poderão ser exigidos pela CONTRATADA quando esta comprovar a efetiva prestação dos serviços objeto da contestação ou justificar as razões da improcedência do pedido.
3. A contestação do débito lançado será feita na Central de Atendimento a Clientes da CONTRATADA ou encaminhada a um de seus postos públicos de atendimento.
4. Caso a CONTRATANTE, por algum motivo, não exerça seu direito de contestação antes do prazo de 5 (cinco) dias, terá ainda o prazo de até 3 (três) anos, contado da data de vencimento do débito, para contestá-lo. Nesse caso, porém, não se produzirá o efeito suspensivo.
5. Nas contestações parciais, a CONTRATANTE solicitará a emissão, sem ônus, de 2ª via da fatura para pagamento, com prazo adicional de pagamento, da qual serão excluídos, em relação à 1ª via, os valores impugnados.
6. As contestações integrais de débitos suspendem sua cobrança até que a CONTRATADA examine seus termos.
7. Nas contestações formuladas após o pagamento das faturas, a ausência de resposta no prazo de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, obriga a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA à devolução automática do valor questionado, nos seguintes termos:

a) devolução do valor igual ao dobro do que foi pago em excesso, acrescido de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die*;

b) a critério da CONTRATANTE, os valores cobrados indevidamente podem ser devolvidos por meio de:

b1) compensação por meio de abatimento no documento de cobrança seguinte à data da identificação da cobrança indevida ou do prazo de 30 (trinta) dias para resposta, respeitado o ciclo de faturamento;

b2) pagamento por meio de créditos com validade mínima de 90 (noventa) dias ou com a validade do crédito contestado, o que for maior, considerando o prazo máximo de 10 (dez) dias para devolução, contado da data da identificação da cobrança indevida ou do decurso do prazo de 30 (trinta) dias para resposta; ou,

b3) pagamento via sistema bancário, considerando o prazo máximo de 30 (trinta) dias para devolução, contado da data da identificação da cobrança indevida ou do decurso do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

8. Constatada a improcedência total ou parcial da contestação feita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá lançar os débitos que julga ainda existentes, acrescidos da compensação financeira estabelecida no item 9.0.6 do termo de referência/Projeto Básico, na fatura referente ao período de prestação de serviços subsequente, podendo, ainda, a seu critério, cobrar pela emissão da 2ª via da fatura daquela resultante.

DA POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS PELA CONTRATADA

1. A CONTRATADA poderá suspender o provimento dos serviços por falta de pagamento NÃO CONTESTADO, desde que obedecido o seguinte procedimento:

I - parcialmente, pelo bloqueio para originação de chamadas, mensagens de texto e demais serviços e facilidades que importem em ônus para a Contratante, bem como para recebimento de Chamadas a Cobrar, desde que transcorridos 15 (quinze) dias da notificação formal de falta de pagamento não contestado;

II - integralmente, após o período mínimo de 30 (trinta) dias do início da suspensão parcial.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. A apresentação da contestação dos **débitos vencidos** antes do envio de notificação de débito ou dentro dos prazos estabelecidos pelos itens **I** e **II** do item 17.1 do TR/PB, suspende a fluência dos prazos de suspensão até que a CONTRATANTE seja comunicada do resultado da verificação feita pela CONTRATADA.

3. Durante a suspensão parcial e total do provimento do serviço, a CONTRATADA deve garantir à CONTRATANTE:

I - a possibilidade de originar chamadas e enviar mensagens de texto aos serviços públicos de emergência definidos em regulamentação da ANATEL;

II - ter preservado o seu código de acesso; e,

III - acessar a Central de Atendimento Telefônico da CONTRATADA.

4. É vedada à CONTRATADA a cobrança de assinatura ou qualquer outro valor referente ao serviço durante o período de suspensão total.

5. É dever da CONTRATADA, enquanto não rescindido este instrumento, atender a solicitações que não importem em novos custos para a CONTRATANTE.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - Não será exigida garantia da execução deste instrumento, mas a CONTRATANTE poderá reter cautelarmente, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA na forma do **Acórdão TCU 567/2015**, do qual se extrai, *verbis*:

VOTO:

...

Discordo tanto do denunciante quanto da Secex-AM. Entendo que a intenção da cláusula editalícia não foi prever que o valor da multa porventura aplicada à contratada poderia ser descontado dos pagamentos a ela devidos somente em caso de aquele valor exceder o montante da garantia, e sim permitir o desconto do valor da multa primeiramente dos créditos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*que a contratada viesse a ter com a Administração. Essa possibilidade já contou, inclusive, com a anuência deste Tribunal, mais especificamente no âmbito da **Decisão nº 621/2001-Plenário**, da qual julgo oportuno transcrever o seguinte excerto:*

“(...) o critério de hermenêutica (sistemático) mais consentâneo com os princípios que regem a Administração Pública impõe concluir pelo não imediatismo da dedução, das multas eventualmente aplicadas, das garantias em poder do agente público, conforme previsto no § 2º do art. 86 do Estatuto Licitatório, cabendo interpretar tal dispositivo primeiro, como suporte jurídico à dedução dos valores de crédito do contratado junto à Administração e, em segundo lugar, como salvaguarda para o contratado, de forma a evitar - caso a ocorrência motivadora da multa provoque também a rescisão do contrato e a consequente perda dos valores caucionados - o desembolso adicional para pagar débito que a caução absorveu. Por outro lado, a dedução imediata, sem a rescisão ou o término do contrato, consumiria a garantia, deixando a Administração em situação de vulnerabilidade durante parte do período de implementação do contrato. Assim, o melhor entendimento é de que o valor da garantia deve manter-se íntegro ao longo da execução do contrato, devendo o agente público primeiramente deduzir dos créditos da contratada o valor da multa eventualmente aplicada, promovendo, a seguir, a cobrança direta ou judicial, somente após, no caso de rescisão contratual, deduzindo-a do valor da garantia. (grifou-se)

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA - O pagamento referente à presente Carta-Contrato observará as condições a seguir:

1. Os pagamentos serão realizados mensalmente, até o prazo de vencimento da fatura, mediante Ordem Bancária, em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, após o processo de conferência das faturas e atestação pela fiscalização desta Carta-Contrato, e serão efetuadas as retenções legais.

2. Para efetivação dos pagamentos a CONTRATADA deverá apresentar, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à data do vencimento, uma única fatura mensal do total do gasto com os serviços contratados, acompanhada de relação em ordem crescente numérica dos números dos acessos, com a utilização de serviços de cada linha (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, entre outros outros), podendo para tanto utilizar os seguintes meios:

a) preferencialmente disponibilizadas em **ferramenta de gestão online**, com acesso por meio de usuário/senha;

b) por remessa aos e-mail: contratosti@tre-ro.jus.br do arquivo eletrônico compatível com Microsoft Office Excel ou OpenOffice Calc ou, sob demanda, em arquivo de texto no formato TCT, no padrão FEBRABAN (versão 2 ou superior, conforme www.febraban.org.br), incluindo detalhes das chamadas; ou ainda,

c) em meio físico entregue no Setor de Protocolo da CONTRATADA, em sua sede atualmente localizada na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/Rondônia.

3. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura discriminativa da execução do objeto deste instrumento, acompanhado, sempre que solicitado, de comprovação de sua regularidade com a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Fazenda Pública Federal e à Justiça do Trabalho.

4. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;

5. Caso haja alguma pendência quanto à regularidade fiscal da contratada, o gestor deste instrumento notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal.

6. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento, ou no prazo estabelecido, ou incorra em outra hipótese que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade, sendo que, no caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

7. Nenhum pagamento será feito à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos;

8. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

9. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento; e

10. O pagamento, quando houver eventuais reajuste, repactuação, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;

11. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

12. Identificada qualquer cobrança indevida ou erro na documentação enviada para pagamento, o pagamento ficará sobrestado e os fatos serão informados à CONTRATADA para regularização, sendo que a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

13. Os valores dos pagamentos serão adequados aos níveis de qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, conforme definido no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO regulado pelo TR/PB e por este instrumento.

14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não contestados, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficam convencionados os seguintes critérios de compensação financeira:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore”, a partir da data de vencimento da fatura, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%;

b) correção monetária do débito pelo IGP-DI publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo;

c) aplicação de multa moratória de 2% (dois por cento), devida uma única vez, sobre o valor total atualizado do débito, em cumprimento ao art. 1º, da Portaria 1960/96, do Ministério das Comunicações.

15. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em Fatura/Nota Fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

16. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DESTA CONTRATAÇÃO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – No TRE-RO, a Gestão desta contratação será realizada pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC) e a Fiscalização desta contratação será realizada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo titular da Seção de Governança e Controle (SEGOVTIC), ou por seus substitutos respectivos, em suas ausências legais.

Subcláusula Primeira – Competem aos titulares e substitutos mencionados nesta Cláusula observar as normas impostas pela Lei 8666/93 e Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula Segunda - A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderão ser invocadas para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DOS DIREITOS DA CONTRATANTE

CLÁUSULA OITAVA – Constituem direitos da CONTRATANTE, além de outros constantes neste instrumento, no Termo de referência/Projeto Básico e nas normas aplicáveis:

1. liberdade de não consumir serviços, bem como não ser compelido a submeter-se a condição para recebimento do serviço;
2. credenciar qualquer pessoa ou instituição para pagamento de sua conta, sob sua inteira e irrestrita responsabilidade;
3. manter atualizados os documentos próprios dos registros de fornecimento que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
4. promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
5. verificar constantemente os valores praticados pela CONTRATADA, de forma a garantir o cumprimento das condições ofertadas na proposta, devendo a Equipe de Gestão assegurar-se de que os preços praticados são os mais vantajosos à Administração-Contratante em relação às peculiaridades do mercado e da contratação celebrada;
6. contestar débitos, na forma da regulamentação vigente e o disposto neste instrumento;
7. solicitar à CONTRATADA a facilidade de portabilidade numérica;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. encaminhar reclamações ou representações contra a Contratada junto à ANATEL ou aos órgãos de defesa do consumidor.

DOS DIREITOS DA CONTRATADA

CLÁUSULA NONA – Constituem direitos da CONTRATADA, além de outros descritos no PB/TR e nas demais normas aplicáveis:

1. suspender ou não atender à solicitação de prestação de serviço da CONTRATANTE quando esta estiver inadimplente com as suas obrigações contratuais, nos termos estabelecidos naquele instrumento e no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, nos termos deste instrumento;
2. obter de outras prestadoras informações de seu interesse que sejam necessárias à prestação do serviço, inclusive em relação às questões de faturamento e cobrança;
3. atuar de forma direta ou através de terceiros, quando for o caso, o faturamento e a cobrança dos valores devidos pela CONTRATANTE, pela prestação dos serviços;
4. reservar-se ao direito de, quando solicitado pela CONTRATANTE, adotar ou não a emissão de conta com periodicidade superior a 30 (trinta) dias;
5. exigir garantias civis para a prestação de serviço à CONTRATANTE quando se encontrar inadimplente em relação ao pagamento dos serviços prestados, desde que proporcional à potencial utilização por este.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se o CONTRATANTE a:

- 1.. utilizar adequadamente os serviços fornecidos pela contratada;
2. proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços contratados;
3. assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais operadoras;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. atestar as faturas, após conferência dos valores e serviços prestados;
5. solicitar, caso aplicável, a glosa dos serviços, preços e tarifas em desacordo com o plano ofertado pela CONTRATADA;
6. solicitar, caso oportuno e conveniente - observados os limites legais e contratuais - a transferências, desligamentos, bloqueios e troca de numeração;
7. pagar pela prestação do serviço, conforme consta neste instrumento;
8. Promover, através do fiscal deste instrumento, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
9. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução
10. Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
11. Não permitir a transferência, nem a sublocação nem a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens objeto desta Carta-Contrato; e
12. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Obriga-se a CONTRATADA a:

1. possuir, quando da assinatura deste instrumento, área de cobertura para a localidade na qual prestará os serviços contratados;
2. manter, durante toda a vigência deste instrumento, o fornecimento de todos os serviços, sem solução de continuidade injustificada;
3. manter os acessos para os casos que excederem os limites da franquia mensal, podendo, na ocorrência dessa situação, reduzir a velocidade nominal mínima de tráfego dos dados;
4. dispor de tecnologia digital que possibilite a transmissão de voz e dados na localidade na qual prestará os serviços contratados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. disponibilizar, como serviço adicional à assinatura do serviço básico de voz, os serviços de Gestão Online, objetivando o gerenciamento das linhas, contendo no mínimo: capacidade de gerenciamento de cada acesso móvel (linha celular), possibilitando o controle de tipos de chamadas, horário de utilização, destino e duração.
6. prestar serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem, respondendo eficiente e prontamente às correspondências e reclamações à CONTRATANTE e oferecer à CONTRATANTE a fruição do serviço com padrões de qualidade, regularidade, pontualidade, segurança, atualidade, cortesia, eficiência e modicidade de tarifas e modernidade dos aparelhos;
7. atender de imediato as solicitações acerca da utilização dos serviços ou motivadas por falhas no funcionamento;
8. sanar as falhas de funcionamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
9. restabelecer, no prazo máximo de 02 (duas) horas, os casos de interrupção dos serviços contratados, ressalvados os casos de força maior que devem ser devidamente justificados no prazo máximo de 24 horas;
10. restabelecer, no prazo máximo de 1 (uma) hora, os casos de interrupção dos serviços contratados, no dia do primeiro e do segundo turnos das eleições, assim como nos 5 (cinco) dias que os antecedem, ressalvados os casos de força maior que devem ser devidamente justificados no prazo máximo de 24 horas;
11. dispensar à CONTRATANTE tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço;
12. fornecer informações adequadas quanto às condições de prestação do serviço, às tarifas e aos preços praticados;
13. estender à CONTRATANTE quaisquer reduções das tarifas praticadas que a ANATEL determine;
14. repassar à CONTRATANTE todos os descontos que porventura sejam disponibilizados ao mercado para clientes de perfil e porte similares, sempre que esses forem mais vantajosos que os valores contratados;
15. garantir a inviolabilidade e o segredo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações e as disposições do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. informar previamente à CONTRATANTE toda e qualquer alteração nas condições de prestação do serviço que lhe atinja direta ou indiretamente, especialmente as relacionadas à suspensão dos serviços pela CONTRATADA;
17. suspender ou interromper o serviço prestado sempre que solicitado;
18. não suspender ou interromper a prestação dos serviços sem prévia solicitação do CONTRATANTE, ressalvada as hipóteses previstas neste instrumento;
19. apresentar, mensal e gratuitamente, juntamente com a Nota Fiscal/fatura, o detalhamento, para cada acesso móvel, dos serviços prestados;
20. garantir a privacidade nos documentos de cobrança;
21. manter o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência deste instrumento, por meio de chamada com acesso gratuito, capacitada para prestar suporte técnico, receber e processar solicitações, queixas e reclamações encaminhadas pela CONTRATANTE e usuários;
22. respeitar rigorosamente o dever de sigilo e confidencialidade das telecomunicações, observadas as disposições legais e contratuais;
23. abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços objeto deste instrumento, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
24. manter serviço “antifraude”, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia e, caso detecte ocorrência de clonagem, adotar as devidas providências de correção imediatamente após o conhecimento do evento;
25. prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a empresa, independentemente de solicitação;
26. responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação e pela perfeita execução dos serviços contratados;
27. cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28. sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

29. manter-se, durante a execução do presente instrumento, em situação de regularidade perante a Fazenda Pública, a Seguridade Social, o FGTS e a Justiça do Trabalho;

30. responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste instrumento, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a CONTRATANTE fiscalizar ou acompanhar sua execução;

31. reparar danos causados pela violação dos direitos da CONTRATANTE;

32. arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste instrumento;

33. cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, regulamentos oficiais e também pactuadas neste instrumento;

34. cumprir, no prazo fixado na notificação, todas as determinações expedidas pela gestão e fiscalização deste instrumento, sendo que, quando não estabelecido em lei ou regulamento ou não fixado expressamente por este instrumento, os prazos para o cumprimento das obrigações e realização de serviços são contados a partir da ciência da notificação expedida pela fiscalização da CONTRATANTE.

35. Realizar esta contratação nas condições, preços e prazos estabelecidos;

36. Não transferir ou subcontratar, no todo em parte, o objeto contratado, bem como não transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada, perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento;

37. Não contratar, na vigência desta Carta-Contrato, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências.

38. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desta contratação, na forma do artigo 65, § 1º e § 2º, da Lei 8.666/93, estando as supressões acima desse percentual condicionadas a acordo entre as partes, conforme § 2º, caput e inciso II, do mesmo diploma legal, observado o que segue:

1) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

39. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

1) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses requerimentos; e

2) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa 004/2008-TRE-RO.

40. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Quanto ao Acordo de Nível de Serviço, deverá ser observado o que segue:

1. O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é o ajuste estabelecido entre o órgão CONTRATANTE e a CONTRATADA prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

2. As adequações de pagamento por conta das ocorrências definidas no termo de referência/Projeto Básico afastam, em princípio, a aplicação de sanções à CONTRATADA, o que não impede, entretanto, sua aplicação no decorrer da execução deste instrumento como forma de buscar efetividade do nível de qualidade dos serviços prestados, evitando-se a degeneração da qualidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. O principal instrumento de controle utilizado durante a execução contratual será a “Avaliação da qualidade da prestação dos serviços pela CONTRATADA”.

4. A Gestão e Fiscalização Contratual executarão a avaliação da qualidade da prestação do serviço pela CONTRATADA com base no seguinte Acordo de Níveis de Serviço (ANS):

I – o indicador será a “Nota Mensal de Avaliação” (NMA).

II - a finalidade do indicador será a de permitir que a Gestão e Fiscalização Contratual afirmem objetivamente e de forma contínua o nível de qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA, bem como eventuais descumprimentos das obrigações da contratada.

III - a meta a ser cumprida pela CONTRATADA, no tocante ao acordo de Nível de Serviço, é a obtenção de uma Nota de Avaliação (NA) maior ou igual a 9,5 (nove inteiros e cinco décimos).

IV - a forma de acompanhamento dar-se-á através da verificação, pela Gestão Contratual, de que a CONTRATADA incorreu nas situações previstas na “Tabela de Ocorrências” a seguir:

| TABELA II - Ocorrências e suas pontuações para fins de | |
|--|--|
| Ocorrências | |
| Não atender o telefone fornecido para os contatos e registros das ocorrências - para cada 24 (vinte e quatro) vezes realizadas pelo fiscal da CONTRATANTE. | |
| Atrasar na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE - para cada 24 (vinte e quatro) vezes realizadas pelo fiscal da CONTRATANTE. | |
| Não apresentar corretamente a Nota Fiscal/fatura dos serviços prestados no mês, ou seja, fora o detalhamento das chamadas e sem a inclusão dos tributos e encargos devidos. | |
| Não corrigir, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer fatura que apresente erro e/ou data de devolução do documento de cobrança por parte da CONTRATANTE - (índice de pontuação exceder o prazo). | |
| Cobrar fora dos prazos estabelecidos neste deste instrumento. | |
| Cobrar por serviços não prestados, sem prejuízo do manejo da contestação débitos pela CONTRATANTE. | |
| Não levar, imediatamente, ao conhecimento do gestor/fiscal deste instrumento, qualquer fato e/ou situação contratada, para adoção das medidas cabíveis. | |
| Cobrar valores em desacordo com sua proposta registrada neste instrumento, sem prejuízo do manejo da contestação débitos pela CONTRATANTE. | |
| Não se manter em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições que constam no edital licitatório. | |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Pelo procedimento de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço, constatado que a CONTRATADA incorreu nas situações previstas na “Tabela de Ocorrências”, serão descontados os pontos correspondentes.

6. A apuração dar-se-á de forma mensal.

7. O mecanismo de cálculo da Nota de Avaliação (NA) será a partir da fórmula:

$$NA = 10 - \sum \text{pontos perdidos}$$

8. O Acordo de Níveis de Serviço passa a vigorar a partir de 5 (cinco) cinco dias da assinatura deste instrumento ou do início da prestação dos serviços, se posterior.

9. A adequação do pagamento – glosa nas faturas encaminhadas mensalmente pela CONTRATADA – está vinculada estritamente ao acordo de nível de serviço definido com base na tabela de ocorrências e dar-se-á de acordo com a Nota de Avaliação (NA) obtida pela CONTRATADA, considerando os critérios definidos a seguir:

I - nota de Avaliação (NA) inferior a 9,5 (nove inteiros e cinco décimos) sujeitará a CONTRATADA à adequação no pagamento correspondente a 1% (um por cento) do valor faturado para cada décimo de ponto perdido abaixo desse patamar de 9,5 (nove inteiros e cinco décimos), até o limite de 15%;

II - nota de Avaliação (NA) inferior a 8,0 (oito inteiros) sujeitará a CONTRATADA à adequação do pagamento e, necessariamente, às sanções administrativas previstas contratualmente.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura desta carta-contrato, sujeita a contratada à multas moratórias (atraso no cumprimento das obrigações) e multas punitivas (pela inexecução parcial e total do objeto), conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, relacionadas na Tabela III adiante:

| TABELA III - Eventos de descumprimento | |
|--|------|
| EVENTO | TIPO |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | |
|--|--------------------------------------|---|
| | | |
| Primeira interrupção ou suspensão injustificada dos serviços dentro de um mesmo mês, superior a 2 (duas) horas e inferior a 6 (seis) horas. | Inexecução parcial deste instrumento | B |
| Descumprir, em até 3 (três) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal deste instrumento. | Mora contratual | B |
| Segunda interrupção ou suspensão injustificada dos serviços dentro de um mesmo mês, superior a 2 (duas) horas e inferior a 6 (seis) horas. | Inexecução parcial deste instrumento | M |
| Interromper ou suspender injustificadamente os serviços, dentro de um mesmo mês, por mais de 6 (seis horas) e até 12 (doze) horas. | Inexecução parcial deste instrumento | M |
| Descumprir, por mais de 3 (três) e até 7 (sete) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal deste instrumento. | Mora contratual | M |
| Atrasar, mais de 15 (quinze) dias úteis e até 20 (vinte) dias corridos, a ativação dos serviços de voz e dados , contado do início da vigência deste instrumento, mesmo que os equipamentos tenham sido entregues antes desse evento. | Mora Contratual | A |
| Terceira interrupção ou suspensão injustificada dos serviços dentro de um mesmo mês, superior a 2 (duas) horas e inferior a 6 (seis) horas. | Inexecução parcial deste instrumento | A |
| Interromper ou suspender injustificadamente os serviços, dentro de um mesmo mês, por mais de 12 (doze) horas e até 2 (dois) dias. | Inexecução parcial deste instrumento | A |
| Interromper ou suspender injustificadamente os serviços, por mais de 1 (uma) e até 6 (seis) horas, no dia do primeiro e do segundo turnos das eleições, assim como nos 5 (cinco) dias que os antecedem e no dia posterior aos pleitos. | Inexecução parcial deste instrumento | A |
| Descumprir, por mais de 7 (sete) e até 15 (quinze) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal deste instrumento. | Mora contratual | A |
| Não ativar, ou atrasar mais de 20 (vinte) dias corridos a ativação dos serviços de voz e dados , contado do início da vigência deste instrumento, mesmo que os equipamentos tenham sido entregues antes desse evento. | Inexecução total deste instrumento | A |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | |
|---|------------------------------------|---|
| | | |
| Interromper ou suspender injustificadamente os serviços por mais de (02) dois dias. | Inexecução total deste instrumento | A |
| Interromper ou suspender injustificadamente os serviços, por mais de 6 (seis) horas, no dia do primeiro e do segundo turnos das eleições, assim como nos 5 (cinco) dias que os antecedem e no dia posterior aos pleitos. | Inexecução total deste instrumento | A |
| Recusar injustificadamente a restaurar os serviços, após a expedição de solicitação pela CONTRATANTE. | Inexecução total deste instrumento | A |
| Desrespeitar o dever de sigilo e confidencialidade das telecomunicações, no mínimo dentro de sua rede de telecomunicações, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de Telecomunicações. | Inexecução total deste instrumento | A |
| Descumprir, por mais 15 (quinze) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal deste instrumento. | Inexecução total deste instrumento | A |

Subcláusula Primeira - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

I - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias deste instrumento, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total da carta-contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

V - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10520/02).

Subcláusula Segunda - A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução deste instrumento, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) A contratada tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras deste instrumento claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) A contratada tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

Subcláusula Terceira - A Administração contratante declarará a inexecução total deste instrumento quando:

- a) A prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;
- b) O contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) O contratado seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 dias após regular notificação.

Subcláusula Quarta - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Sexta - Nas condutas de inexecução parcial deste instrumento ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Projeto Básico/Termo de Referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão** deste instrumento.

Subcláusula Sétima - O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU 567/2015- Plenário**).

Subcláusula Oitava – Em caso de multa ou condenação eventualmente aplicadas à CONTRATADA, o valor deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, sendo que o valor será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011- Plenário**).

Subcláusula Nona - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO Tribunal ou este valor seja insuficiente, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

Subcláusula Décima Primeira - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

Subcláusula Décima Segunda - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Terceira - As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Subcláusula Décima Quarta - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Décima Quinta - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO 04/2008.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência deste instrumento, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quinta – Ainda quanto à rescisão, deverá ser observado o que segue:

1. O presente instrumento poderá ser rescindido pela CONTRATADA, desde que transcorridos 30 (trinta) dias da suspensão total dos serviços, observadas as regras estabelecidas pelo item 17 do TR/PB.
2. Rescindido este instrumento, a CONTRATADA deve encaminhar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 7 (sete) dias, comprovante escrito da rescisão, informando da possibilidade do registro do débito em sistemas de proteção ao crédito, por mensagem eletrônica ou correspondência, no endereço constante de sua base cadastral.
3. A Rescisão somente pode atingir o provimento dos serviços ou código de acesso em que for constatada a inadimplência da CONTRATANTE, dando-se continuidade normal aos demais.
4. A rescisão não prejudica a exigibilidade dos encargos decorrentes deste instrumento.
5. Caso a CONTRATANTE efetue o pagamento do débito antes da rescisão deste instrumento, a CONTRATADA deve restabelecer a prestação do serviço em até 24 (vinte e quatro) horas contadas do conhecimento da efetivação da quitação do débito.
6. Sobre o valor devido por inadimplemento incidirão os encargos moratórios definidos pelo item 19.6 do TR/PB.
7. No caso de celebração de acordo entre as partes para o parcelamento de débitos, seu termo e as parcelas referentes ao valor pactuado devem ser encaminhadas à CONTRATANTE em documento de cobrança separado.
8. É obrigatório o restabelecimento integral do serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da confirmação do pagamento da primeira parcela do acordo, sem qualquer espécie de restrição não autorizada pela CONTRATANTE.
9. No caso de inadimplência do acordo, ainda que parcial, transcorridos 5 (cinco) dias da notificação de existência de débito vencido, a CONTRATADA poderá suspender totalmente a prestação do serviço.
10. É vedada a cobrança pelo restabelecimento da prestação do serviço.
11. A CONTRATANTE tem direito de obter da CONTRATADA, gratuitamente, informações quanto a registros de inadimplência em seu nome, bem como exigir dela a imediata exclusão de registros dessa natureza após o pagamento do débito e respectivos encargos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. A CONTRATADA deve requerer a baixa do registro do débito em sistemas de proteção ao crédito, independentemente de solicitação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da efetiva quitação do débito.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste instrumento, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deste instrumento, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral deste instrumento que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – É vedado o reequilíbrio quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93.

Subcláusula Oitava – Quanto ao reajuste em si, deverá ser observado o que segue:

1. Os preços dos serviços pactuados neste instrumento poderão ser reajustados, desde que observado o interregno (período) mínimo de 01 (um) ano, a contar da data limite do orçamento utilizado para a formação dos preços constantes da proposta, se anterior, devidamente comprovado.
2. Havendo solicitação expressa e escrita da CONTRATADA, os preços dos serviços ajustados neste instrumento poderão ser reajustados, na periodicidade mínima definida no item 6.1, tomando-se por base a variação anual do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) regulamentado pela Resolução ANATEL 532, de 3/8/2009, ou, na sua falta ou extinção, por outro referencial de atualização de preços dos serviços de telecomunicações que venha a ser normatizado pela ANATEL, ou ainda, não havendo regulamentação específica pela ANATEL, por outro índice de amplitude nacional acordado pelas partes, desde que reflita a variação efetiva dos custos dos serviços objeto deste instrumento.
3. Compete à CONTRATADA a iniciativa, o encargo do cálculo e a apresentação do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVO DE SERVIÇOS e demais tabelas, no que couber, aprovados pela ANATEL.
4. Na eventualidade de a ANATEL determinar a redução no valor de tarifas dos serviços objeto deste instrumento, a CONTRATADA deverá,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obrigatoriamente, comunicar o fato imediatamente ao CONTRATANTE e repassar a redução correspondente nas próximas faturas.

5. Quaisquer reajustes, elevações, realinhamento de preços que possam majorar os valores de quaisquer serviços objeto deste instrumento deverão ser comunicados e requeridos por escrito e previamente à emissão das contas telefônicas, para análise e deliberação da CONTRATANTE, podendo, caso aprovado, ser objeto de aditivo ou apostila a esta contratação. A CONTRATADA não estará excluída dessa obrigação se a majoração for autorizada pelo poder concedente através de publicação em órgão da imprensa oficial.

6. No cálculo do preço a ser pago pelo CONTRATANTE incluir-se-á, ainda, os tributos, contribuições sociais e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o valor dos serviços, de acordo com o estabelecido na legislação tributária federal, estadual e municipal.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos indicados no início desta Carta-contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contratação e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 09 de novembro de 2020.

| | |
|---|--|
| LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE | CRISTIANO MARCELO DA SILVA Pela CONTRATADA |
| Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha | Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha |



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO MARCELO DA SILVA**, Usuário Externo, em 09/11/2020, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/11/2020, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 09/11/2020, às 17:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 10/11/2020, às 08:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3/2020 - PRES/DG/STIC/COSEIC

1. OBJETO

1.1 Contratação de **serviços de telefonia móvel e de comunicação móvel de dados, plano pós-pago**, em conformidade com a Lei Geral de Comunicações (Lei nº 9.472, de 16/7/1997), as normas atualizadas da Resolução ANATEL nº. 477, de 7/8/2007, o Plano Geral de Outorgas PGO, aprovado pelo Decreto Federal nº 2.534, de 2/4/1998, outras normas expedidas pela ANATEL aplicáveis aos serviços e, ainda, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

| TABELA I - Objeto | |
|-------------------|---|
| Item | Descrição dos Serviços |
| 1 | Contratação de 02 (duas) linhas telefônicas móvel, com Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP na modalidade Local (VC1), Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Longa Distância Nacional (VC2) e (VC3), pós-pago, com tecnologia digital e prestação de serviço de comunicação de dados com cobertura 3G e 4G, franquia mínima de 5GB, tráfego ilimitado, considerando a disponibilidade e o cronograma ANATEL, com fornecimento de MicroSIM 4G, padrão 4G, compatíveis com os dispositivos móveis, tipo smartphone, de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, para atender o município de Costa Marques, no Estado de Rondônia, pelo período de |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| TABELA I - Objeto | |
|-------------------|----------------------------|
| Item | Descrição dos Serviços |
| | 24 (vinte e quatro) meses. |

1.2 Tratando-se de objeto comum, entende-se que os serviços descritos neste termo de referência poderão ser contratados por meio de dispensa de licitação, em cumprimento ao Art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93.

1.3 A adjudicação ocorrerá pelo menor preço ofertado no item, considerado o período total de 24 (vinte e quatro) meses.

1.4 O valor unitário máximo proposto pela participante da licitação para a ligação por minuto não poderá exceder aqueles registrados no **Plano Básico ou Alternativo de Serviços da Proponente**, devidamente homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL (art. 26 da Resolução ANATEL nº. 477/2007).

1.5. A CONTRATADA ficará obrigada em manter o acesso para os casos que excederem os limites da franquia mensal, podendo, na ocorrência dessa situação, reduzir a velocidade nominal mínima de tráfego dos dados, no entanto, este não deverá ser tarifado.

1.6 No caso de proposta que ofereça desconto sobre o PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVOS DE SERVIÇOS da proponente, o percentual ofertado deverá ser estendido a todos os preços constantes de seu plano, referentes ao serviço licitado, independente do tipo de ligação, do horário ou distância das chamadas originadas, como condição para a realização da contratação.

1.7 Os preços das ligações telefônicas a serem cotados serão aqueles constantes do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVOS DE SERVIÇOS (documento que descreve as condições de prestação do serviços quanto ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização de serviços eventuais e suplementares a eles inerentes, as tarifas ou preços associados, seus valores e as regras e critérios de aplicação), levando-se em conta, para efeito de cotação, o perfil do tráfego no horário entre 0h e 24h, 07 (sete) dias por semana.

1.8 Durante o período contratual, o percentual de desconto cotado na proposta da OPERADORA CONTRATADA, incidirá sobre os preços dos serviços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constantes do seu PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVOS DE SERVIÇOS homologados e divulgados pela ANATEL.

1.9 Os valores praticados pela operadora CONTRATADA serão objeto de constante verificação, de forma a garantir o cumprimento das condições ofertadas na licitação, devendo a Equipe de Gestão assegurar-se de que os preços praticados pela CONTRATADA são os mais vantajosos para a Administração, observadas as peculiaridades do mercado e do contrato celebrado.

1.10 A CONTRATADA deverá prestar, sem ônus ao CONTRATANTE, os seguintes serviços suplementares: troca de número; transferência de titularidade; identificador de chamadas; caixa eletrônica de mensagens; transferência/desvio de chamadas (siga-me); chamada em espera; bloqueio por extravio, perda ou roubo; bloqueio a pedido do CONTRATANTE; desbloqueio; cancelamento de serviços; conta detalhada; segunda via de conta; sindicância.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 DA NECESSIDADE

2.1.1 Os serviços de telefonia móvel (VC1, VC2 e VC3) e serviços de comunicação móvel de dados são essenciais para agilizar atividades correlatas da 5ª Zona Eleitoral, haja vista que a conexão *online* para execução de tarefas diárias é uma realidade que não mais está limitada ao ambiente da mesa de trabalho do usuário, notadamente entre os servidores que exercem funções de Chefia de Cartório e Assessoramento, sendo essa solução capaz de conferir celeridade ao andamento das atividades.

2.1.2 É indiscutível que a evolução tecnológica experimentada dos últimos anos no conceito de telefonia móvel tornou a prestação desse serviços indispensável a rotinas como: localização de servidor quando em atividades externas e viagens a serviço do Tribunal; registro de agenda e contatos; acesso a serviços institucionais eletrônicos (SEI, e-mail), acessos a ferramentas de comunicação, entre outros;

2.1.3 Nesse sentido, os referidos serviços, são essenciais ao desenvolvimento das atividades técnico-administrativas, dinamização a execução dos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

programas de trabalho, bem como permitir comunicação com rápida resposta, dentro ou fora do Estado.

2.1.4. A contratação por dispensa de licitação, decorre da ausência de proposta ofertada no certame licitatório de linhas móveis do TRE-RO, uma vez que, a vencedora do certame, não tem cobertura na área do município de Costa Marques, tendo o mesmo ficado sem proposta.

2.1.5. Uma das operadoras que atuam na região de Costa Marques, chegou a participar do certame licitatório de linhas móveis do TRE-RO, porém, por ausência de documentação, foi desclassificada.

2.1.6. A dispensa de licitação, decorre basicamente para atender, de maneira pontual, esse município, necessitando apenas do fornecimento de 02 (duas) linhas telefônicas, garantindo o acesso do Cartório Eleitoral a esse meio de comunicação.

2.2 DO GESTOR ONLINE

2.2.1 Deverá disponibilizar como serviço adicional à assinatura do serviço básico de voz os serviços de Gestão Online, objetivando o gerenciamento das linhas, contendo no mínimo: capacidade de gerenciamento de cada acesso móvel (linha celular), possibilitando emissão de relatório do controle de tipos de chamadas, horário de utilização, destino e duração.

2.3 DA PORTABILIDADE

2.3.1 O CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a facilidade de portabilidade numérica, devendo esta manter os números utilizados atualmente pelo CONTRATANTE, sem ônus e independentemente da operadora do serviço a que esteja vinculado.

2.3.2 A CONTRATADA deverá respeitar o prazo de 03 (três) dias úteis estabelecido pela ANATEL para a realização deste serviço.

3. VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1 É vedada a subcontratação para a prestação dos serviços objeto deste contrato, permitido o **compartilhamento** nas hipóteses regulamentares da ANATEL.

4. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

4.1 A contratação objeto deste Termo de Referência encontra-se prevista no Plano de Contratações de Soluções de TIC 2019, conforme evento [0370091](#).

4.2 Além disso, está alinhada aos Plano Estratégico Institucional e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 2015-2020, eventos [0016103](#) e [0046099](#), respectivamente, conforme as seguintes classificações:

- Objetivo Estratégico Institucional:
 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Objetivos Estratégicos de TIC:
 - Promover o alinhamento entre as ações em desenvolvimento pela STI a as demandas institucionais, e;
 - Prestar serviços de TIC em consonância com os requisitos do Cliente.

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1 O valor estimado para 24 (vinte e quatro) meses é de **R\$ 3.595,20** (três mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), conforme especificado na Cotação de Preços 1 ([0605512](#)).

5.2 Os valores acima foram obtidos por meio de cotação de preços, através das propostas encaminhadas para duas empresas prestadoras do serviço de telefonia móvel na região, eventos ([0605504](#)) e ([0605507](#) e [0610148](#)), no entanto, somente obtivemos resposta da Empresa Claro S.A., conforme Cotação de Preços n. 1 ([0605512](#)). A Empresa Oi S.A., não respondeu a pesquisa, apesar da reiteração da solicitação ([0610148](#)).

5.3 Em face ao envio de apenas uma Cotação de Preços, pela operadora Claro S.A., não foi possível fazer um quadro comparativo dos preços praticados no mercado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.4 Para efeito de programação do orçamento as despesas correrão por conta do plano interno **AOSA TELEFO (Orçamento Ordinário)**.

6. DO REAJUSTE

6.1 Os preços dos serviços pactuados neste contrato poderão ser reajustados, desde que observado o interregno (período) mínimo de 01 (um) ano, a contar da data limite para apresentação da proposta no certame licitatório ou da data do orçamento utilizado para a formação dos preços constantes da proposta, se anterior, devidamente comprovado.

6.2 Havendo solicitação expressa e escrita da CONTRATADA, os preços dos serviços ajustados no contrato poderão ser reajustados, na periodicidade mínima definida no item 6.1, tomando-se por base a variação anual do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) regulamentado pela Resolução ANATEL nº 532, de 3/8/2009, ou, na sua falta ou extinção, por outro referencial de atualização de preços dos serviços de telecomunicações que venha a ser normatizado pela ANATEL, ou ainda, não havendo regulamentação específica pela ANATEL, por outro índice de amplitude nacional acordado pelas partes, desde que reflita a variação efetiva dos custos dos serviços objeto do contrato.

6.3 Compete à CONTRATADA a iniciativa, o encargo do cálculo e a apresentação do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVO DE SERVIÇOS e demais tabelas, no que couber, aprovados pela ANATEL.

6.4 Na eventualidade de a ANATEL determinar a redução no valor de tarifas dos serviços objeto do contrato, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, comunicar o fato imediatamente ao CONTRATANTE e repassar a redução correspondente nas próximas faturas.

6.5 Quaisquer reajustes, elevações, realinhamento de preços que possam majorar os valores de quaisquer serviços objeto do contrato deverão ser comunicados e requeridos por escrito e previamente à emissão das contas telefônicas, para análise e deliberação da CONTRATANTE, podendo, caso aprovado, ser objeto de aditivo ou apostila ao contrato. A CONTRATADA não estará excluída dessa obrigação se a majoração for autorizada pelo poder concedente através de publicação em órgão da imprensa oficial.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.6 No cálculo do preço a ser pago pelo CONTRATANTE incluir-se-á, ainda, os tributos, contribuições sociais e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o valor dos serviços, de acordo com o estabelecido na legislação tributária federal, estadual e municipal.

7. DOS DESCONTOS

7.1 Serão igualmente estendidas ao CONTRATANTE quaisquer reduções das tarifas praticadas pela CONTRATADA que a ANATEL determine;

7.2 A CONTRATADA deverá repassar ao CONTRATANTE todos os descontos que porventura sejam disponibilizados ao mercado para clientes de perfil e porte similares, sempre que esses forem mais vantajosos que os valores contratados.

8. ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

8.1 O suporte orçamentário 2020 para o custeio das despesas com a contratação dos serviços descritos neste Termo de Referência estão previstas no orçamento deste órgão, a saber:

PLANO INTERNO DE ORÇAMENTO DE PLEITOS ELEITORAIS -

- **FUN TELEFO**

8.2 Nos anos subsequentes, conforme previsão orçamentária da despesa inserida nos orçamentos ordinários e das eleições da CONTRATANTE.

9. DO CONTRATO

9.1 Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93 será firmado contrato com a proposta apresentada nesta contratação, regulando a relação entre a Administração-Contratante e a contratada, nos termos do ANEXO I deste Termo de Referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2 O Contrato deverá ser assinado, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do envio/convocação para sua assinatura.

9.3 Tratando-se de CONTRATADA com sede em praça distinta da cidade de Porto Velho, verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

9.4 Realizado o cadastramento no SEI, a Administração disponibilizará um canal eletrônico de comunicação de dados (*link*), contendo o inteiro teor do termo de contrato para assinatura eletrônica. O prazo de 10 (dez) dias úteis para assinatura será contado da data da efetiva disponibilização do instrumento no SEI.

9.5 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá por email o arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução, via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA.

10. DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

10.1 Constituem direitos da CONTRATANTE, além de outros constantes da Minuta do Contrato anexo a este Termo de referência e das normas aplicáveis:

10.1.1 liberdade de não consumir serviços, bem como não ser compelido a submeter-se a condição para recebimento do serviço;

10.1.2 credenciar qualquer pessoa ou instituição para pagamento de sua conta, sob sua inteira e irrestrita responsabilidade;

10.1.3 manter atualizados os documentos próprios dos registros de fornecimento que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

10.1.4 promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.1.5 verificar constantemente os valores praticados pela CONTRATADA, de forma a garantir o cumprimento das condições ofertadas na proposta, devendo a Equipe de Gestão assegurar-se de que os preços praticados são os mais vantajosos à Administração-Contratante em relação às peculiaridades do mercado e do contrato celebrado;

10.1.6 contestar débitos, na forma da regulamentação vigente e o disposto neste contrato;

10.1.7 solicitar à CONTRATADA a facilidade de portabilidade numérica;

10.1.8 encaminhar reclamações ou representações contra a Contratada junto à ANATEL ou aos órgãos de defesa do consumidor.

11. DOS DIREITOS DA CONTRATADA:

11.1 Constituem direitos da CONTRATADA, além de outros descritos na Minuta do Contrato e constantes das normas aplicáveis:

11.1.1 suspender ou não atender à solicitação de prestação de serviço da CONTRATANTE quando esta estiver inadimplente com as suas obrigações contratuais, nos termos estabelecidos naquele instrumento e no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA da minuta do contrato;

11.1.2 obter de outras prestadoras informações de seu interesse que sejam necessárias à prestação do serviço, inclusive em relação às questões de faturamento e cobrança;

11.1.3 atuar de forma direta ou através de terceiros, quando for o caso, o faturamento e a cobrança dos valores devidos pela CONTRATANTE, pela prestação dos serviços;

11.1.4 reservar-se ao direito de, quando solicitado pela CONTRATANTE, adotar ou não a emissão de conta com periodicidade superior a 30 (trinta) dias;

11.1.5 exigir garantias civis para a prestação de serviço à CONTRATANTE quando se encontrar inadimplente em relação ao pagamento dos serviços prestados, desde que proporcional à potencial utilização por este.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras constantes do contrato e das normas aplicáveis:

12.1.1 utilizar adequadamente os serviços fornecidos pela contratada;

12.1.2 proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços contratados;

12.1.3 assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais operadoras;

12.1.4 atestar as faturas, após conferência dos valores e serviços prestados;

12.1.5 solicitar, caso aplicável, a glosa dos serviços, preços e tarifas em desacordo com o plano ofertado pela CONTRATADA;

12.1.6 solicitar, caso oportuno e conveniente - observados os limites legais e contratuais - a transferências, desligamentos, bloqueios e troca de numeração;

12.1.7 pagar pela prestação do serviço, conforme CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do Contrato;

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras constantes do contrato e das normas aplicáveis:

13.1.1 possuir, quando da assinatura do contrato, área de cobertura para a localidade na qual prestará os serviços contratados;

13.1.2 manter, durante toda a vigência do contrato, o fornecimento de todos os serviços, sem solução de continuidade injustificada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.1.3 manter os acessos para os casos que excederem os limites da franquia mensal, podendo, na ocorrência dessa situação, reduzir a velocidade nominal mínima de tráfego dos dados;

13.1.4 dispor de tecnologia digital que possibilite a transmissão de voz e dados na localidade na qual prestará os serviços contratados;

13.1.5 disponibilizar, como serviço adicional à assinatura do serviço básico de voz, os serviços de Gestão *Online*, objetivando o gerenciamento das linhas, contendo no mínimo: capacidade de gerenciamento de cada acesso móvel (linha celular), possibilitando o controle de tipos de chamadas, horário de utilização, destino e duração.

13.1.6 prestar serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem, respondendo eficiente e prontamente às correspondências e reclamações à CONTRATANTE;

13.1.7 atender de imediato as solicitações acerca da utilização dos serviços ou motivadas por falhas no funcionamento;

13.1.8 sanar as falhas de funcionamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

13.1.9 restabelecer, no prazo máximo de 02 (duas) horas, os casos de interrupção dos serviços contratados, ressalvados os casos de força maior que devem ser devidamente justificados no prazo máximo de 24 horas;

13.1.10 restabelecer, no prazo máximo de 1 (uma) hora, os casos de interrupção dos serviços contratados, no dia do primeiro e do segundo turnos das eleições, assim como nos 5 (cinco) dias que os antecedem, ressalvados os casos de força maior que devem ser devidamente justificados no prazo máximo de 24 horas;

13.1.11 dispensar à CONTRATANTE tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço;

13.1.12 fornecer informações adequadas quanto às condições de prestação do serviço, às tarifas e aos preços praticados;

13.1.13 estender à CONTRATANTE quaisquer reduções das tarifas praticadas que a ANATEL determine;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.1.14 repassar à CONTRATANTE todos os descontos que porventura sejam disponibilizados ao mercado para clientes de perfil e porte similares, sempre que esses forem mais vantajosos que os valores contratados;

13.1.15 garantir a inviolabilidade e o segredo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações e as disposições do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP;

13.1.16 informar previamente à CONTRATANTE toda e qualquer alteração nas condições de prestação do serviço que lhe atinja direta ou indiretamente, especialmente as relacionadas à suspensão dos serviços pela CONTRATADA;

13.1.17 suspender ou interromper o serviço prestado sempre que solicitado;

13.1.18 não suspender ou interromper a prestação dos serviços sem prévia solicitação do CONTRATANTE, ressalvada as hipóteses previstas no contrato;

13.1.19 apresentar, mensal e gratuitamente, juntamente com a Nota Fiscal/fatura, o detalhamento, para cada acesso móvel, dos serviços prestados;

13.1.20 garantir a privacidade nos documentos de cobrança;

13.1.21 manter o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência do Contrato, por meio de chamada com acesso gratuito, capacitada para prestar suporte técnico, receber e processar solicitações, queixas e reclamações encaminhadas pela CONTRATANTE e usuários;

13.1.22 respeitar rigorosamente o dever de sigilo e confidencialidade das telecomunicações, observadas as disposições legais e contratuais;

13.1.23 abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

13.1.24 manter serviço “antifraude”, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia e, caso detecte ocorrência de clonagem, adotar as devidas providências de correção imediatamente após o conhecimento do evento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.1.25 prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a empresa, independentemente de solicitação;

13.1.26 responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação e pela perfeita execução dos serviços contratados;

13.1.27 cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;

13.1.28 sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

13.1.29 manter-se, durante a execução do presente Contrato, em situação de regularidade perante a Fazenda Pública, a Seguridade Social, o FGTS e a Justiça do Trabalho;

13.1.30 responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste contrato, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a CONTRATANTE fiscalizar ou acompanhar sua execução;

13.1.31 reparar danos causados pela violação dos direitos da CONTRATANTE;

13.1.32 arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato;

13.1.33 cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, regulamentos oficiais e também pactuadas neste contrato;

13.1.34 cumprir, no prazo fixado na notificação, todas as determinações expedidas pela gestão e fiscalização do contrato.

14. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.1. O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é o ajuste estabelecido entre o órgão CONTRATANTE e a CONTRATADA prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

14.2 As adequações de pagamento por conta das ocorrências definidas neste termo de referência afastam, em princípio, a aplicação de sanções à CONTRATADA, o que não impede, entretanto, sua aplicação no decorrer da execução do contrato como forma de buscar efetividade do nível de qualidade dos serviços prestados, evitando-se a degeneração da qualidade.

14.3 O principal instrumento de controle utilizado durante a execução contratual será a “Avaliação da qualidade da prestação dos serviços pela CONTRATADA”.

14.4 A Gestão e Fiscalização Contratual executarão a avaliação da qualidade da prestação do serviço pela CONTRATADA com base no seguinte Acordo de Níveis de Serviço (ANS):

I – o indicador será a “Nota Mensal de Avaliação” (NMA).

II - a finalidade do indicador será a de permitir que a Gestão e Fiscalização Contratual afirmem objetivamente e de forma contínua o nível de qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA, bem como eventuais descumprimentos das obrigações da contratada.

III - a meta a ser cumprida pela CONTRATADA, no tocante ao acordo de Nível de Serviço, é a obtenção de uma Nota de Avaliação (NA) maior ou igual a 9,5 (nove inteiros e cinco décimos).

IV - a forma de acompanhamento dar-se-á através da verificação, pela Gestão Contratual, de que a CONTRATADA incorreu nas situações previstas na “Tabela de Ocorrências” a seguir:

| TABELA II - Ocorrências e suas pontuações para fins de providências e adequações no pagamento | |
|---|---------------|
| Ocorrências | Pontos |
| Não atender o telefone fornecido para os contatos e registros das ocorrências - para cada 24 (vinte e quatro) horas de não atendimento - apurado pelos registros realizados pelo fiscal da CONTRATANTE. | 0,5 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | |
|---|-----|
| Atrasar na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE - para cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso - apurado pelos registros realizados pelo fiscal da CONTRATANTE. | 0,5 |
| Não apresentar corretamente a Nota Fiscal/fatura dos serviços prestados no mês, ou seja, fora dos formatos estabelecidos (papel e/ou arquivo eletrônico), sem o detalhamento das chamadas e sem a inclusão dos tributos e encargos devidos. | 0,5 |
| Não corrigir, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, qualquer fatura que apresente erro e/ou inconsistência com as cláusulas contratuais vigentes, a contar da data de devolução do documento de cobrança por parte da CONTRATANTE - (índice de pontuação aplicado sobre para o conjunto de cada 10 (dez) dias que exceder o prazo). | 0,5 |
| Cobrar fora dos prazos estabelecidos neste contrato. | 0,5 |
| Cobrar por serviços não prestados, sem prejuízo do manejo da contestação débitos pela CONTRATANTE. | 1,0 |
| Não levar, imediatamente, ao conhecimento do gestor/fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis. | 1,0 |
| Cobrar valores em desacordo com sua proposta registrada neste contrato, sem prejuízo do manejo da contestação débitos pela CONTRATANTE. | 2,0 |
| Não se manter em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação no processo licitatório. | 2,0 |

14.5 Pelo procedimento de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço, constatado que a CONTRATADA incorreu nas situações previstas na “Tabela de Ocorrências”, serão descontados os pontos correspondentes.

14.6 A apuração dar-se-á de forma mensal.

14.7 O mecanismo de cálculo da Nota de Avaliação (NA) será a partir da fórmula:

$$NA = 10 - \sum \text{pontos perdidos}$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.8 O Acordo de Níveis de Serviço passa a vigorar a partir de 5 (cinco) cinco dias da assinatura do contrato ou do início da prestação dos serviços, se posterior.

14.9 A adequação do pagamento – glosa nas faturas encaminhadas mensalmente pela CONTRATADA – está vinculada estritamente ao acordo de nível de serviço definido com base na tabela de ocorrências e dar-se-á de acordo com a Nota de Avaliação (NA) obtida pela CONTRATADA, considerando os critérios definidos a seguir:

I - nota de Avaliação (NA) inferior a 9,5 (nove inteiros e cinco décimos) sujeitará a CONTRATADA à adequação no pagamento correspondente a 1% (um por cento) do valor faturado para cada décimo de ponto perdido abaixo desse patamar de 9,5 (nove inteiros e cinco décimos), até o limite de 15%;

II - nota de Avaliação (NA) inferior a 8,0 (oito inteiros) sujeitará a CONTRATADA à adequação do pagamento e, necessariamente, às sanções administrativas previstas contratualmente.

15. DAS SANÇÕES:

15.1 A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciada do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

I - apresentar documentação falsa;

II - retardar na execução do objeto;

III - falhar na execução do contrato;

IV - fraudar na execução do contrato;

V - comportar-se de modo inidôneo;

VI - cometer fraude fiscal;

VIII - fazer declaração falsa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.2 Para os fins de caracterização do inciso V do item 15.1 reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, todos da Lei nº 8.666/1993.

15.3 Para as condutas descritas nos incisos I, IV, V, VI e VII do item 15.1, será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, aplicada de forma proporcional à gravidade das condutas.

15.4 Poderão, ainda, serem aplicadas as multas moratórias (atraso no cumprimento das obrigações) e punitivas (pela inexecução parcial e total do objeto), conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, relacionadas na **Tabela III** adiante:

| TABELA III - Eventos de descumprimentos contratuais e penalidades | | | | |
|---|--------------------------------|------------------|------------------------------------|---|
| EVENTO | TIPO | GRAVIDADE | PENALIDADE | BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA |
| Primeira interrupção ou suspensão injustificada dos serviços dentro de um mesmo mês, superior a 2 (duas) horas e inferior a 6 (seis) horas. | Inexecução parcial do contrato | BAIXA | Multa de 1% (um por cento). | Valor da fatura do mês da prestação dos serviços. |
| Descumprir, em até 3 (três) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal do contrato. | Mora contratual | BAIXA | Multa de 1% (um por cento) ao dia. | Valor do contrato |
| EVENTO | TIPO | GRAVIDADE | PENALIDADE | BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|--|--------------------------------|------------------|--|---|
| Segunda interrupção ou suspensão injustificada dos serviços dentro de um mesmo mês, superior a 2 (duas) horas e inferior a 6 (seis) horas. | Inexecução parcial do contrato | MÉDIA | Multa de 2% (dois por cento) para cada hora. | Valor da fatura do mês da prestação dos serviços. |
| Interromper ou suspender injustificadamente os serviços, dentro de um mesmo mês, por mais de 6 (seis horas) e até 12 (doze) horas. | Inexecução parcial do contrato | MÉDIA | Multa de 2% (dois por cento) para cada hora. | Valor da fatura do mês da prestação dos serviços. |
| Descumprir, por mais de 3 (três) e até 7 (sete) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal do contrato. | Mora contratual | MÉDIA | Multa de 2% (um por cento) ao dia. | Valor do contrato |
| EVENTO | TIPO | GRAVIDADE | PENALIDADE | BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA |
| Atrasar, mais de 15 (quinze) dias úteis e até 20 (vinte) dias corridos, a ativação dos serviços de voz e dados , contado do início da vigência | Mora Contratual | ALTA | Multa de 3% (três por cento) ao dia. | Valor do contrato |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|--|--------------------------------|------|--|---|
| do contrato, mesmo que os equipamentos tenham sido entregues antes desse evento. | | | | |
| Terceira interrupção ou suspensão injustificada dos serviços dentro de um mesmo mês, superior a 2 (duas) horas e inferior a 6 (seis) horas. | Inexecução parcial do contrato | ALTA | Multa de 3% (um por cento) para cada hora. | Valor da fatura do mês da prestação dos serviços. |
| Interromper ou suspender injustificadamente os serviços, dentro de um mesmo mês, por mais de 12 (doze) horas e até 2 (dois) dias. | Inexecução parcial do contrato | ALTA | Multa de 3% (um por cento) ao dia. | Valor da fatura do mês da prestação dos serviços. |
| Interromper ou suspender injustificadamente os serviços, por mais de 1 (uma) e até 6 (seis) horas, no dia do primeiro e do segundo turnos das eleições, assim como nos 5 (cinco) dias que os antecedem e no dia posterior aos pleitos. | Inexecução parcial do contrato | ALTA | Multa de 3% (um por cento) ao dia. | Valor da fatura do mês da prestação dos serviços. |
| Descumprir, por mais de 7 (sete) e | Mora contratual | ALTA | Multa de 3% (um por cento) | Valor do contrato |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| até 15 (quinze) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal do contrato. | | | ao dia. | |
|--|------------------------------|------------------|--|------------------------------------|
| EVENTO | TIPO | GRAVIDADE | PENALIDADE | BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA |
| Não ativar, ou atrasar mais de 20 (vinte) dias corridos a ativação dos serviços de voz e dados , contado do início da vigência do contrato, mesmo que os equipamentos tenham sido entregues antes desse evento. | Inexecução total do contrato | ALTA | Multa moratória de 4% (quatro por cento) ao dia + multa punitiva de 10% (dez por cento). | Valor do contrato |
| Interromper ou suspender injustificadamente os serviços por mais de (02) dois dias. | Inexecução total do contrato | ALTA | Multa moratória de 4% (quatro por cento) ao dia + multa punitiva de 10% (dez por cento). | Valor do contrato |
| Interromper ou suspender injustificadamente os serviços, por mais de 6 (seis) horas, no dia do primeiro e do segundo turnos | Inexecução total do contrato | ALTA | Multa moratória de 4% (quatro por cento) ao dia + multa punitiva de 10% (dez por cento). | Valor do contrato |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

| | | | | |
|---|------------------------------|------|--|-------------------|
| das eleições, assim como nos 5 (cinco) dias que os antecedem e no dia posterior aos pleitos. | | | | |
| Recusar injustificadamente a restaurar os serviços, após a expedição de solicitação pela CONTRATANTE. | Inexecução total do contrato | ALTA | Multa punitiva de 10% (dez por cento). | Valor do contrato |
| Desrespeitar o dever de sigilo e confidencialidade das telecomunicações, no mínimo dentro de sua rede de telecomunicações, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de Telecomunicações. | Inexecução total do contrato | ALTA | multa punitiva de 20% (vinte por cento). | Valor do contrato |
| Descumprir, por mais 15 (quinze) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal do contrato. | Inexecução total do contrato | ALTA | Multa moratória de 4% (quatro por cento) ao dia + multa punitiva de 10% (dez por cento). | Valor do contrato |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.5 Sem prejuízo da rescisão do contrato – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a **pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF** (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).

15.6 A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilite o perfeito funcionamento dos acessos móveis, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015-Plenário**).

15.7 A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – **SELIC** para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

15.8 No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a Contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

15.9 O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

16. DO PROCEDIMENTO DE CONTESTAÇÃO DE DÉBITOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16.1 A CONTRATANTE tem o direito de contestar os débitos lançados em sua fatura discriminada de serviços, independente de estarem vencidos ou não.

16.2 O manejo da contestação pela CONTRATANTE suspende a exigibilidade dos valores contestados, os quais somente poderão ser exigidos pela CONTRATADA quando esta comprovar a efetiva prestação dos serviços objeto da contestação ou justificar as razões da improcedência do pedido.

16.3 A contestação do débito lançado será feita na Central de Atendimento a Clientes da CONTRATADA ou encaminhada a um de seus postos públicos de atendimento.

16.4 Caso a CONTRATANTE, por algum motivo, não exerça seu direito de contestação antes do prazo de 5 (cinco) dias, terá ainda o prazo de até 3 (três) anos, contado da data de vencimento do débito, para contestá-lo. Nesse caso, porém, não se produzirá o efeito suspensivo.

16.5 Nas contestações parciais, a CONTRATANTE solicitará a emissão, sem ônus, de 2ª via da fatura para pagamento, com prazo adicional de pagamento, da qual serão excluídos, em relação à 1ª via, os valores impugnados.

16.6 As contestações integrais de débitos suspendem sua cobrança até que a CONTRATADA examine seus termos.

16.7 Nas **contestações formuladas após o pagamento das faturas**, a ausência de resposta no prazo de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, obriga a CONTRATADA à devolução automática do valor questionado, nos seguintes termos:

a) devolução do valor igual ao dobro do que foi pago em excesso, acrescido de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die*;

b) a critério da CONTRATANTE, os valores cobrados indevidamente podem ser devolvidos por meio de:

b1) compensação por meio de abatimento no documento de cobrança seguinte à data da identificação da cobrança indevida ou do prazo de 30 (trinta) dias para resposta, respeitado o ciclo de faturamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b2) pagamento por meio de créditos com validade mínima de 90 (noventa) dias ou com a validade do crédito contestado, o que for maior, considerando o prazo máximo de 10 (dez) dias para devolução, contado da data da identificação da cobrança indevida ou do decurso do prazo de 30 (trinta) dias para resposta; ou,

b3) pagamento via sistema bancário, considerando o prazo máximo de 30 (trinta) dias para devolução, contado da data da identificação da cobrança indevida ou do decurso do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

16.8 Constatada a improcedência total ou parcial da contestação feita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá lançar os débitos que julga ainda existentes, acrescidos da compensação financeira estabelecida no item 9.0.6 deste termo de referência, na fatura referente ao período de prestação de serviços subsequente, podendo, ainda, a seu critério, cobrar pela emissão da 2^a via da fatura daquela resultante.

17. DA POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS PELA CONTRATADA

17.1 A CONTRATADA poderá suspender o provimento dos serviços por falta de pagamento NÃO CONTESTADO, desde que obedecido o seguinte procedimento:

I - parcialmente, pelo bloqueio para originação de chamadas, mensagens de texto e demais serviços e facilidades que importem em ônus para a Contratante, bem como para recebimento de Chamadas a Cobrar, desde que transcorridos 15 (quinze) dias da notificação formal de falta de pagamento não contestado;

II - integralmente, após o período mínimo de 30 (trinta) dias do início da suspensão parcial.

17.2 A apresentação da contestação dos **débitos vencidos** antes do envio de notificação de débito ou dentro dos prazos estabelecidos pelos itens **I** e **II** do item 17.1, suspende a fluência dos prazos de suspensão até que a CONTRATANTE seja comunicada do resultado da verificação feita pela CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17.3 Durante a suspensão parcial e total do provimento do serviço, a CONTRATADA deve garantir à CONTRATANTE:

I - a possibilidade de originar chamadas e enviar mensagens de texto aos serviços públicos de emergência definidos em regulamentação da ANATEL;

II - ter preservado o seu código de acesso; e,

III - acessar a Central de Atendimento Telefônico da CONTRATADA.

17.4 É vedada à CONTRATADA a cobrança de assinatura ou qualquer outro valor referente ao serviço durante o período de suspensão total.

17.5 É dever da CONTRATADA, enquanto não rescindido o contrato, atender a solicitações que não importem em novos custos para à CONTRATANTE.

18. DA POSSIBILIDADE DE RESCISÃO DO CONTRATO PELA CONTRATADA

18.1 O contrato poderá ser rescindido pela CONTRATADA, desde que transcorridos 30 (trinta) dias da suspensão total dos serviços, observadas as regras estabelecidas pelo item 17 deste TR.

18.2 Rescindido o contrato, a CONTRATADA deve encaminhar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 7 (sete) dias, comprovante escrito da rescisão, informando da possibilidade do registro do débito em sistemas de proteção ao crédito, por mensagem eletrônica ou correspondência, no endereço constante de sua base cadastral.

18.3 rescisão somente pode atingir o provimento dos serviços ou código de acesso em que for constatada a inadimplência da CONTRATANTE, dando-se continuidade normal aos demais.

18.4 A rescisão não prejudica a exigibilidade dos encargos decorrentes do Contrato.

18.5 Caso a CONTRANTE efetue o pagamento do débito antes da rescisão do contrato, a CONTRATADA deve restabelecer a prestação do serviço em até



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24 (vinte e quatro) horas contadas do conhecimento da efetivação da quitação do débito.

18.6 Sobre o valor devido por inadimplemento incidirão os encargos moratórios definidos pelo item 19.6 deste TR.

18.7 No caso de celebração de acordo entre as partes para o parcelamento de débitos, seu termo e as parcelas referentes ao valor pactuado devem ser encaminhadas à CONTRANTE em documento de cobrança separado.

18.8 É obrigatório o restabelecimento integral do serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da confirmação do pagamento da primeira parcela do acordo, sem qualquer espécie de restrição não autorizada pela CONTRATANTE.

19. DO PAGAMENTO

19.1 Os pagamentos serão realizados mensalmente, até o prazo de vencimento da fatura, mediante Ordem Bancária, em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, após o processo de conferência das faturas e atestação pela fiscalização do Contrato.

19.2 Para efetivação dos pagamentos a CONTRATADA deverá apresentar, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à data do vencimento, uma única fatura mensal do total do gasto com os serviços contratados, acompanhada de relação em ordem crescente numérica dos números dos acessos, com a utilização de serviços de cada linha (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, entre outros outros), podendo para tanto utilizar os seguintes meios:

a) disponibilizadas em **ferramenta de gestão online**, com acesso por meio de usuário/senha;

b) por remessa aos e-mail: contratosti@tre-ro.jus.br do arquivo eletrônico compatível com Microsoft Office Excel ou OpenOffice Calc ou, sob demanda, em arquivo de texto no formato TCT, no padrão FEBRABAN (versão 2 ou superior, conforme www.febraban.org.br), incluindo detalhes das chamadas; ou ainda,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) em meio físico entregue no Setor de Protocolo da CONTRATADA, em sua sede atualmente localizada na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/Rondônia.

19.3 Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura discriminativa da execução do objeto do contrato, acompanhado, sempre que solicitado, de comprovação de sua regularidade com a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Fazenda Pública Federal.

19.4 Identificada qualquer cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida.

19.5 Os valores dos pagamentos serão adequados aos níveis de qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, conforme definido no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO regulado por este TR e pelo contrato.

19.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não contestados, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficam convencionados os seguintes critérios de compensação financeira:

a) juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore”, a partir da data de vencimento da fatura, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{EM} = \text{I} \times \text{N} \times \text{VP}$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%;

b) correção monetária do débito pelo IGP-DI publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo;

c) aplicação de multa moratória de 2% (dois por cento), devida uma única vez, sobre o valor total atualizado do débito, em cumprimento ao art. 1º, da Portaria nº 1960/96, do Ministério das Comunicações.

19.7 A compensação financeira prevista na subcláusula anterior será incluída em Fatura/Nota Fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

20. DA GARANTIA:

20.1 **Não** será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter cautelarmente, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA na forma do **Acórdão TCU nº 567/2015**, do qual se extrai, *verbis*:

"VOTO:

...

Discordo tanto do denunciante quanto da Secex-AM. Entendo que a intenção da cláusula editalícia não foi prever que o valor da multa porventura aplicada à contratada poderia ser descontado dos pagamentos a ela devidos somente em caso de aquele valor exceder o montante da garantia, e sim permitir o desconto do valor da multa primeiramente dos créditos que a contratada viesse a ter com a Administração. Essa possibilidade já contou, inclusive, com a anuência deste Tribunal, mais especificamente no âmbito da **Decisão nº 621/2001-Plenário**, da qual julgo oportuno transcrever o seguinte excerto:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

“(...) o critério de hermenêutica (sistemático) mais consentâneo com os princípios que regem a Administração Pública impõe concluir pelo não imediatismo da dedução, das multas eventualmente aplicadas, das garantias em poder do agente público, conforme previsto no § 2º do art. 86 do Estatuto Licitatório, cabendo interpretar tal dispositivo primeiro, como suporte jurídico à dedução dos valores de crédito do contratado junto à Administração e, em segundo lugar, como salvaguarda para o contratado, de forma a evitar - caso a ocorrência motivadora da multa provoque também a rescisão do contrato e a consequente perda dos valores caucionados - o desembolso adicional para pagar débito que a caução absorveu. Por outro lado, a dedução imediata, sem a rescisão ou o término do contrato, consumiria a garantia, deixando a Administração em situação de vulnerabilidade durante parte do período de implementação do contrato. Assim, **o melhor entendimento é de que o valor da garantia deve manter-se íntegro ao longo da execução do contrato, devendo o agente público primeiramente deduzir dos créditos da contratada o valor da multa eventualmente aplicada**, promovendo, a seguir, a cobrança direta ou judicial, somente após, no caso de rescisão contratual, deduzindo-a do valor da garantia.” (grifei)

Ressalto, ademais, que essa tem sido a praxe nos contratos celebrados pelo próprio Tribunal de Contas da União. A título de exemplo, destaco o Contrato nº 03/2015, celebrado entre o TCU e a empresa Hepta Tecnologia e Informática Ltda., no qual consta em sua ‘CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES’, item 8, a seguinte redação: *“O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.”*

21. DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

21.1 A Gestão do contrato ficará a cargo do titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC), e a fiscalização técnica e administrativa a cargo da Chefia da Seção de Governança e Controle (SEGOVTIC), ambas pertencentes as unidades da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE/RO.

21.2 Eventuais alterações dos gestores ou fiscais deste contrato serão processadas por simples apostila (art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. DO ANEXO

Anexo 1: Minuta do Contrato ([0601892](#));

Modelo Cotação de Preços 1 ([0603418](#));



Documento assinado eletronicamente por **RUZEVAN SARAIVA DA SILVA, Coordenador(a)**, em 22/10/2020, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003017-84.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação - COSEIC e 5ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de **serviços de telefonia móvel e de comunicação móvel de dados, plano pós-pago** para atender o município de Costa Marques, no Estado de Rondônia, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

PARECER JURÍDICO Nº 238 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação - COSEIC, objetivando *a serviços de 02 (duas) linhas telefônicas móvel para atender as necessidades da 5ª Zona Eleitoral*, conforme Termo de Abertura ([0599329](#)).

02. Na Solicitação de Contratação 1 ([0599335](#)), consta como solicitante a 5ª Zona Eleitoral da Capital e, como unidade demandante, a Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação - COSEIC. O referido documento foi submetido à aprovação do secretário da SAOFC, juntamente com o Estudo Técnico Preliminar – ETP para Dispensas e Inexigibilidade constando os elementos iniciais do Termo de Referência para a pretensa contratação ([0599348](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Consta do ETP que na realização do certame licitatório de telefonia móvel para atender os Cartórios Eleitorais de Rondônia, houve apenas a participação da Empresa Telefonia S.A., que ofertou propostas para as regiões onde estão sediados os Cartórios Eleitorais, **com exceção de Costa Marques, onde a empresa não dispõe de cobertura.** Com o advento da pandemia pela COVID-19, fez-se necessário a utilização de telefonia móvel para atender as necessidades do Cartórios Eleitoral de Costa Marques, principalmente quanto ao uso das tecnologias de comunicação disponíveis em smartphones, a citar o app WhatsApp.

04. A unidade COSEIC segue instruindo os autos com a juntada do Termo de Referência 3 ([0600413](#)), Minuta de Contrato (0601892 e Cotação de Preços 1 ([0603418](#)). A cotação de preços foi encaminhada por e-mail às empresas CLARO S.A. ([0605504](#)) e reiteradamente a OI S.A. ([0605507](#) e [0610148](#)). Consta nos autos somente a resposta a cotação de preços da empresa CLARO S.A ([0605512](#)) e comprovante de regularidade fiscal cm juntada de certidões negativas ([0610201](#)).

05. Pela Remessa 12/2020 ([0610223](#)) o coordenador da COSEIC, por celeridade, em face da urgência da demanda, envia os autos ao secretário da SAOFC para a análise e deliberação quanto a viabilidade da contratação pretendida. Consoante Despacho nº 1905/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0610398](#)) o secretário da SAOFC envia os autos à **COMAP**, para análise do Termo de Referência/Termo de Referência e seus anexos ([0600413](#)), **após a COFC**, para programação orçamentária dessa possível despesa, **concomitantemente a SECONT**, para elaborar minuta do instrumento contratual a ser juntado na época própria. E por fim a esta **AJDG**, para análise e emissão de parecer jurídico. Por fim, retornem os autos ao Gabinete da SAOFC, para elaboração de Manifestação.

06. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de Termo de Referência e Projeto Básico, nos termos do **inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08**, por sua coordenadora, em análise ao TR 3 ([0600413](#)), entende que a contratação pretendida encontra-se em consonância com as normas gerais de contratação estabelecidas **no art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 para contratação direta com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93** ([0610599](#)).

07. A Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF apresenta nos autos a disponibilidade orçamentária e financeira no valor de R\$ 3.595,20 (três mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

centavos) para suportar a despesa no presente exercício, e informa que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0610706](#)).

08. Registra-se que a proposta apresentada pela empresa **CLARO S.A - CNPJ: 40.432.544/0001-47**, na Cotação de Preços nº 001/2020 ([0605512](#)), sagrou-se vencedora com o valor de R\$ 3.595,20 (três mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

09. A SECONT juntou aos autos no evento [0611363](#) a minuta de carta-contrato para celebrar a pretensa contratação entre este Tribunal e a empresa CLARO, vencedora do certame. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica pela Remessa 374 ([0611363](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

10. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar do procedimento licitatório e contratar de forma direta.

11. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

12. Esclarece-se que atualmente a porcentagem mencionada corresponde a R\$ 17.600,00(dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018.

13. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 3.595,20 (três mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)**, conforme demonstrado no Termo de Referência 3 ([0600413](#)) e na Cotação de Preços realizada. Assim, se encontra no limite legal para ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Ademais, a conversão da **Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020 em lei – Lei nº 14.065, de 30 de setembro de 2020** - adequa - durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de março de 2020 - os limites de dispensa de licitação, estabelecendo no seu art. 1º, I, “b”, em **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** para outros serviços e compras e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

15. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

16. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

17. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima**; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

18. Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra. Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão nº 2.203/2005 da 1ª Câmara:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;

19. Conforme consta dos autos, somente duas empresas prestam o serviço de telefonia móvel no Município de Costa Marques/RO – CLARO S.A. e OI S.A, mas apenas a empresa CLARO S.A. apresentou proposta e comprovou situação de habilitação regular à época da cotação, ocasião em que foi considerada pela unidade demandante a única empresa apta a contratar com o setor público, conforme documentos juntos aos autos ([0605512](#) e [0610201](#)).

20. Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, **basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra.** Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão nº 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, **porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;** (...)

21. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações válidas. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima;** (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

22. No procedimento em análise, a COSEIC, no item 5 do Termo de Referência 3 ([0600413](#)), destaca que através das propostas encaminhadas para as duas únicas empresas prestadoras do serviço de telefonia móvel na região, eventos ([0605504](#)) e ([0605507](#) e [0610148](#)), somente obteve resposta da Empresa Claro S.A., conforme Cotação de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Preços n. 1 ([0605512](#)). A Empresa Oi S.A., não respondeu a pesquisa, apesar da reiterada a solicitação ([0610148](#)).

23. Destarte, deve-se levar em consideração a pesquisa de preço realizada nos autos, pois existe competitividade limitada dos serviços pretendidos no mercado local.

24. Todavia, quanto a consonância com os preços praticados no mercado, não ficou claro nos autos. No item 5.3 do TR a unidade demandante da contratação informa que: “5.3 *Em face ao envio de apenas uma Cotação de Preços, pela operadora Claro S.A., não foi possível fazer um quadro comparativo dos preços praticados no mercado*”. Por outro lado, a análise da COMAP apenas se reporta ao item 5 do TR 3, não traz nenhuma observação a respeito.

25. Tratando-se de contratação fundamentada por dispensa de licitação **em razão do valor** (art. 24, II, da Lei n. 8.666/93), não obstante haver só uma proposta válida, necessário que se justifique nos autos pelo menos que a proposta da pretensa contratada condiz com preços praticados em contratos do próprio órgão.

26. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n. 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27. No caso ventilado, a empresa cotada apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista a época da cotação de preços, como se verifica nos documentos juntados no evento 0610201. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração e deve ser atualizado antes de se efetivar a contratação, principalmente em relação a **certidão da Receita Federal**.

28. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, e atendidos os ajustes anotados neste opinativo nos **itens 24, 25 e 27**, pode ser possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa - **CLARO S.A., CNPJ 40.432.544/0001-47**, única empresa interessada na prestação dos serviços de telefonia móvel no município de Costa Marques, com regularidade fiscal a ser ratificada nos autos, através da juntada de certidão da Receita Federal atualizada, e com oferta de preços compatíveis com outras contratações do órgão com o mesmo objeto, fato a ser informado nos autos. **Dessa forma** ficará demonstrado nos autos que a empresa reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

29. De outro lado, o Termo de Referência 3 (0600413), complementado pela Cotação de preços, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a **autoridade competente para sua aprovação**.

III – DA CONCLUSÃO

30. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica, **após atendimento as observações citadas no item 24, 25 e 27**, opina:

a) pela viabilidade de contratação direta com a empresa **CLARO S.A - CNPJ: 40.432.544/0001-47**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993;

b) pela apresentação do TR juntado à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado e,

c) Ademais, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Carta-Contrato (0611363)**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

31. Com relação a minuta do Carta-Contrato, em análise formal dos seus termos, percebe-se que o referido instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica APROVA os termos da **minuta de Carta-Contrato** ([0611363](#)). Contudo, antes de sua assinatura, deverá ser retirado o trecho em destaque contido na cláusula décima quinta, Subcláusula oitava, item 1 do referido documento: “1. Os preços dos serviços pactuados neste contrato poderão ser reajustados, desde que observado o interregno (período) mínimo de 01 (um) ano, a contar da data limite **para apresentação da proposta no certame licitatório** ou da data do orçamento utilizado para a formação dos preços constantes da proposta, se anterior, devidamente comprovado”. Isto porque se trata de contratação direta.

32. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 26/10/2020, às 17:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003017-84.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE SEGURANÇA,
INFRAESTRUTURA E COMUNICAÇÃO

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de telefonia móvel e de comunicação móvel de dados, plano pós-pago para atender o Município de Costa Marques, no Estado de Rondônia, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

DESPACHO Nº 1803 / 2020 - PRES/DG/GABDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação - COSEINC, objetivando a contratação de 02 (duas) linhas telefônicas para atender as necessidades da 5ª Zona Eleitoral de Costa Marques ([0599329](#)).

Para instrução do feito a COSEINC efetuou a juntada do Termo de Referência 3 ([0600413](#)), Minuta de Contrato (0601892 e Cotação de Preços 1 ([0603418](#)). A cotação de preços foi encaminhada por e-mail às empresas CLARO S.A. ([0605504](#)) e reiteradamente a OI S.A. ([0605507](#) e [0610148](#)). Consta nos autos somente a resposta da cotação de preços da empresa CLARO S.A ([0605512](#)) e comprovante de regularidade fiscal ([0610201](#)), tendo sido a despesa dimensionada em R\$ 3.595,20 (três mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

A Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, unidade responsável pela avaliação do termo de referência, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08, manifestou-se pela regularidade do referido TR em relação às normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei nº 8.666/93, para contratação direta com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 ([0610599](#)).

A SPOF juntou aos autos Programação Orçamentária ([0610706](#)) no valor de R\$ 3.595,20 (três mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), com a informação do Pré-Empenho 2020PE000366, ao final registrando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

Por sua vez, a SECONT carreu a minuta de carta-contrato nº [0611363](#) e remeteu os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico AJDG nº 238 ([0612024](#)) opinou pela viabilidade de contratação direta com a empresa Claro S/A, por dispensa de licitação e pela aprovação do TR, após atendimento às observações citadas no item 24, 25 e 27 do referido parecer. Por fim, aprovou a minuta SECONT [0611363](#), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, apontando as melhorias que entendeu necessárias no item 31.

À vista disso, foram juntados nova minuta de Carta-contrato ([0612538](#)) e novo Termo de Referência ([0612602](#)), contendo os ajustes necessários.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e se manifestou pela aprovação do termo de referência; autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; contratação direta da referida empresa por dispensa de licitação e publicação da dispensa apenas no DJE ([0612847](#)).

Primeiramente, observa-se que os autos foram devidamente instruídos com os documentos essenciais, bem como os procedimentos e diretrizes específicas foram integralmente cumpridas. O valor do serviço pretendido se encontra no limite legal para ser processado de forma direta, por dispensa de licitação, com amparo no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

No tocante à cotação de preço levada a cabo no mercado local, observa-se que somente duas empresas prestam o serviço de telefonia móvel no Município de Costa Marques/RO, quais sejam, CLARO S.A. e OI S.A., sendo que apenas a empresa CLARO S.A. apresentou proposta e comprovou situação de habilitação regular à época da cotação, ocasião em que foi considerada pela unidade demandante a única empresa apta a contratar com o setor público, conforme documentos juntos aos autos, eventos nº [0605512](#) e [0610201](#). A Empresa Oi S.A., não respondeu a pesquisa, apesar de reiterada a solicitação ([0610148](#)). Diante disso, deve-se levar em consideração a pesquisa de preço realizada nos autos, pois existe competitividade limitada dos serviços pretendidos no mercado local.

Em análise, verifica-se ter sido procedido pela COSEIC os ajustes requeridos pela Assessoria Jurídica, com a criação de um novo Termo de Referência 5 ([0612602](#)), contendo as justificativas do preços ofertados pela empresa Claro S.A. como vantajosidade à Administração, nos itens 5.2 a 5.5., em cumprimento as recomendações contidas no Parecer Jurídico 238 ([0612024](#)), elencadas nos parágrafos 24 e 25. Com relação à recomendação contida no item 27 do parecer jurídico acima mencionado, foi procedida a juntada da prorrogação da certidão negativa da Receita Federal ([0612806](#)), com a respectiva Certidão 6 ([0612808](#)) dos atos praticados na consulta ao site daquele órgão.

Pelos elementos constantes dos autos, estando atendidos os ajustes requeridos pela AJDG, verifica-se ser possível realizar a contratação diretamente com a empresa CLARO S.A., sendo esta a única empresa interessada na prestação dos serviços de telefonia móvel no município de Costa Marques, com regularidade fiscal ratificada nos autos, através da juntada de certidão da Receita Federal atualizada, demonstrando-se que a empresa reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, com base nas atribuições conferidas pela Portaria nº 66/2018, esta Diretora-Geral:

1 - Aprova o Termo de Referência 5 ([0612602](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º da Lei nº 8.666/93;

2 - Autoriza a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação com fulcro no [Inc. II do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#);

3 - Adjudica o objeto à empresa CLARO S.A, inscrita no CNPJ: 40.432.544/0001-47 e autoriza a emissão de nota de empenho no valor de **R\$ 3.595,20** (três mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), em seu favor, desde que atualizados previamente os documentos de habilitação; e

À SAOFC para as providências visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 29/10/2020, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.